

REQUERIMENTO

Exmo. Senhor

Presidente da Câmara Municipal de Mogadouro

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE (preencher com letra maiúscula)

Nome/Designação _____

Domicílio/Sede _____

Código Postal _____ - _____ - _____ NIF / NIPC _____

Telefone/Telemóvel _____ E-mail _____

Na qualidade de: ☐ Proprietário ☐ Usufrutuário ☐ Locatário ☐ Superficiário ☐ Mandatário

☐ Outro: (indique qual) _____

☐ Autorizo o envio de notificações, no decorrer deste processo, para o endereço eletrónico indicado.

LOCALIZAÇÃO/IDENTIFICAÇÃO DO EDIFÍCIO/FRAÇÃO

Morada _____

Localidade _____ Código postal _____ - _____

Descrito na Conservatória do Registo Predial sob a ficha n.º _____ Fração _____

Artigo matricial ☐ urbano ☐ rústico n.º _____ com a área total de _____ m2

Da Freguesia/União de Freguesias _____

Código da certidão predial permanente _____

OBJETO DO PEDIDO

REQUER a concessão de licença administrativa, nos termos do artigo 9.º e do n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro (RJUE), na sua redação atual, para a seguinte obra que pretende executar no local acima identificado:

☐ Operação de **loteamento** em área não abrangida por plano de pormenor ou unidade de execução;

☐ Obras de **urbanização** e os trabalhos de **remodelação de terrenos** em área não abrangida por operação de loteamento, plano de pormenor ou unidade de execução;

☐ Obras de **construção, de alteração ou de ampliação** em área não abrangida por operação de loteamento, plano de pormenor ou unidade de execução;

☐ Obras de **conservação, reconstrução, ampliação, alteração ou demolição de imóveis classificados ou em vias de classificação**, bem como de imóveis integrados em conjuntos ou sítios classificados ou em vias de classificação, e as obras de **construção, reconstrução, ampliação, alteração exterior ou demolição de imóveis situados em zonas de proteção de imóveis classificados ou em vias de classificação**;

☐ Obras de **reconstrução** das quais resulte um **aumento da altura da fachada**;

☐ Obras de **demolição** das edificações que não se encontrem previstas em licença de obras de reconstrução;

☐ Obras de **construção, ampliação ou demolição** de imóveis **em áreas sujeitas a servidão administrava ou restrição de utilidade pública**, sem prejuízo do disposto em legislação especial;

LICENCIAMENTO DE OBRAS

☐ Operações urbanísticas das quais resulte a remoção de azulejos de fachada, independentemente da sua confrontação com a via pública ou logradouros;

Anexa para o efeito os elementos instrutórios identificados na Portaria n.º 71-A/2024, de 27 de fevereiro.

MAIS DECLARA QUE:

A obra vai ser executada em _____ fase(s), no prazo de _____ meses.

A edificação vai ser sujeita ao regime de propriedade horizontal: ☐ Sim ☐ Não

Opta por incluir o pedido de ocupação da via pública: ☐ Sim ☐ Não

TIPO DE UTILIZAÇÃO

☐ Habitação ☐ Anexo ☐ Comércio ☐ Serviços ☐ Arrumo Agrícola ☐ Alojamento de Animais

☐ Armazenamento de Produtos de Petróleo ☐ Posto de Abastecimento/Área de Serviço ☐ Indústria

☐ Estabelecimento de Restauração/Bebidas ☐ Empreendimento Turístico ☐ Alojamento Local

☐ OUTRA (indique qual): _____

ANTECEDENTES PROCESSUAIS

☐ Pedido de Informação Prévia - Processo n.º _____/_____

☐ Pedido de Licenciamento ou Comunicação Prévia - Processo n.º _____/_____

OBSERVAÇÕES (espaço destinado ao requerente para expor o que considerar importante)

TOMADA DE CONHECIMENTO (AVISO DE PRIVACIDADE)

Os dados pessoais recolhidos e facultados para tratamento pelo Município são os exclusivamente necessários para a tramitação interna do processo, nos termos do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril, e/ou de outra legislação específica aplicável ao pedido formulado.

O tratamento de dados será efetuado em conformidade com o Regulamento (UE) 2016/679 (RGPD) e a Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, que assegura a execução do RGPD em Portugal, tendo como fundamento legal o cumprimento de obrigação legal (art.º 6.º, n.º 1, alínea c) do RGPD).

O requerente (titular dos dados) é informado do seguinte:

O Responsável pelo tratamento é o Município de Mogadouro, sito no Largo do Convento - 5200-244 Mogadouro. O Encarregado de proteção de Dados encontra-se no Largo do Convento - 5200-244 Mogadouro e pode ser contactado pelo correio eletrónico dpo@mogadouro.pt.

A finalidade do tratamento de dados é a gestão de processos urbanísticos, levados a cabo pelo Município de Mogadouro.

O fundamento legal para o tratamento dos dados é o cumprimento de obrigação legal.

Os destinatários dos dados recolhidos serão os serviços municipais com competência para a análise e intervenção no objeto do pedido, de acordo com a orgânica municipal em vigor. Os dados apenas serão transmitidos a outras entidades para cumprimento de obrigações legais às quais a Autarquia de Mogadouro se encontre obrigada.

A conservação dos dados e documentos seguirá o regime aplicável à Administração Local, nos termos da Portaria n.º 112/2023, de 5 de abril, que aprova o Regulamento para a Classificação e Avaliação da Informação Arquivística da Administração Local, ou outra legislação que venha a substituí-la.

Ao titular dos dados são garantidos os direitos previstos nos artigos 13.º a 22.º do RGPD, incluindo acesso, retificação, apagamento, portabilidade, limitação e oposição ao tratamento, bem como o direito de apresentar reclamação à Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD), enquanto autoridade de controlo.

A documentação apresentada, quando considerada como documento administrativo, está sujeita ao regime de acesso à informação administrativa previsto na Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto.

Outras informações respeitantes ao tratamento de dados constam na Política de Privacidade do Município disponível no website www.mogadouro.pt, pode ainda ser solicitada através do correio eletrónico dpo@mogadouro.pt.

Mogadouro, _____ de _____ de _____

Pede deferimento,

O(A) requerente ou representante legal,

(1)

(1) Assinatura digital nomeadamente através do Cartão de Cidadão, devendo ser utilizados mecanismos de autenticação segura, incluindo os do Cartão de Cidadão e Chave Móvel Digital, com possibilidade de recurso ao Sistema de Certificação de Atributos Profissionais (SCAP), bem como os meios de identificação eletrónica emitidos noutros Estados-Membros reconhecidos para o efeito nos termos do artigo 6.º do Regulamento (UE) n.º 910/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho.